

# Eris: Brasil vai renegociar em posição de força

NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

BRASÍLIA — Do sucesso na apresentação oficial do programa econômico aos credores externos, neste fim de semana, em Montreal, dependerá o primeiro passo em direção à renegociação da dívida externa brasileira, que somava US\$ 112,4 bilhões em dezembro do ano passado. Deste total, estima-se que US\$ 97,9 bilhões sejam débitos de médio e longo prazo e US\$ 14,6 bilhões, de curto prazo, segundo o Banco Central.

Com reservas estimadas em US\$ 7 bilhões, e US\$ 6 bilhões de juros em atraso, a situação brasileira é muito desconfortável. Apesar disso, o Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, garante que o País vai renegociar sua dívida numa posição de força. Na opinião de Eris, pela primeira vez em seu passado recente, o Brasil tem um programa de ajustamento em que fica clara a parcela de sacri-

fício do País, o que o credenciaria a obter uma solução adequada para a sua dívida.

Além do que está atrasado, a difícil negociação a ser enfrentada pelo Brasil terá de equacionar uma solução para os juros que vencem este ano. Só com os credores privados, a quem o Brasil deve US\$ 60 bilhões, vão vencer juros de US\$ 6 bilhões este ano. A primeira parcela, de cerca de US\$ 3 bilhões, está vencendo este mês, e a outra em setembro.

Mas os credores privados representam apenas um dos flancos da negociação, que envolverá obrigatoriamente o Fundo Monetário Internacional (FMI); as agências financeiras do comércio exterior do País, reunidas sob a coordenação do Clube de Paris; e organismos como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ao sentar com representantes de todas essas bancos e instituições, a

equipe econômica tentará obter o máximo de vantagens para o País, dentro de um cardápio variado de opções. Para reduzir o peso da dívida, valerá tanto a redução do volume anual de pagamentos quanto o alongamento dos prazos e a diminuição das taxas de juros. Também será proposto o lançamento de bônus com pagamento garantido, em lugar de títulos vencidos da dívida, mas com um desconto sobre o valor original do débito.

Ao Clube de Paris, o Brasil teria que pagar, em 1990, US\$ 2,8 bilhões relativos a negociações passadas e outros débitos a vencer. As últimas amortizações referentes ao acordo em vigor com o Clube estão vencendo este mês, o que obrigaria a um novo acordo, mesmo que a situação do País fosse absolutamente normal.

Ao FMI, o Brasil terá de pagar US\$ 730 milhões de principal. Historicamente, esse tipo de pagamento nun-

ca deixou de ser feito. A maior dificuldade em relação ao Fundo é apresentar um programa econômico aceitável segundo as exigências de austeridade e eficiência da instituição. Normalmente, os bancos privados não concluem a negociação com o país devedor até que este feche um acordo com o FMI.

O Banco Mundial, responsável pelo financiamento de projetos de infra-estrutura, o Brasil terá de pagar US\$ 980 milhões de principal este ano, o que poderá ser facilitado, caso o Bird mantenha o mesmo fluxo de empréstimos dos últimos anos (entre US\$ 800 e US\$ 900 milhões por ano) e ainda libere alguns empréstimos setoriais. Os pagamentos ao Bird também nunca deixaram de ser feitos. A mesma garantia recaiu sobre os bônus que o País trocou por títulos da dívida, que darão US\$ 180 milhões de despesa em 1990, e sobre os US\$ 200 milhões de principal devidos ao BID.